

A subjetividade em tempos hipertecnológicos: a complexa hibridação de homens e máquinas

Marcio Acselrad¹

Resumo

A tecnologia, que já não pode ser ignorada caso desejemos pensar o mundo em que vivemos e as alterações nele ocorridas, costuma ser pensada segundo a lógica dicotômica de uma das seguintes maneiras: ou ela é a substância diabólica que se apossa de nós e sobre a qual não temos o menor controle, ou é a redenção final, a última pedida em termos de democratização de conhecimentos, interação humana e esclarecimento. Como quaisquer outros rótulos, estes tratam de forma única o que em realidade representa um conjunto de fenômenos díspares e por vezes mesmo contraditórios. Pensar a tecnologia hoje implica pensá-la como fenômeno complexo, superando eventuais binarismos e demais tentativas de simplificação. Qualquer tentativa de prever os resultados de uma tão recente transformação resultará maléfica e mesmo perigosa para a compreensão da mesma.

Palavras-chave

Tecnologia; subjetividade; emancipação; hibridação; complexidade.

Abstract

Technology can no longer be ignored if we intend to understand the world we live in as well as the changes that took place in recent years. Nevertheless it is usually considered under one of the two reducing keys: it is either seen as a diabolic substance that controls us and over which we have no power whatsoever or it is seen as the final redemption in terms of knowledge democratization, human interaction and enlightenment. Such labels deal in a monochromatic way of a complex ensemble of different and even contradictory phenomena. To think about technology nowadays implies in considering it as a complex phenomena, overcoming binary and reducing views. Any attempt to predict the results of such recent transformation will result in misunderstanding and even dangerous.

Keywords

Technology; subjectivity; emancipation; hybridation; complexity.

¹ Doutor em Comunicação pela UFRJ e Professor Titular da UNIFOR – Universidade de Fortaleza e da FA7 – Faculdade Sete de Setembro. Coordenador do Cineclube UNIFOR e do LABGRAÇA – Laboratório de Estudos do Humor e do Riso. E-mail: macselrad@gmail.com

Introdução

*Com o computador, o homem inventou a máquina da
lógica, um aperfeiçoamento da mente humana tão bem
acabado que no fim reproduzirá até o supremo paradoxo do
cérebro: também não entenderá a si mesmo*
Luis Fernando Verissimo

Já não depende de nossa vontade: as novas tecnologias são parte integrante das vidas de todos e faz-se necessário pensar as conseqüências decorrentes desta complexa mistura de subjetividade e objetividade, de homem e máquina, de natureza e cultura que Bruno Latour houve por bem denominar ‘hibridação’. É tão viva a presença dos aparatos eletrônicos em nossa vidas que podemos pensar nossa era como a da hipertecnologia, utilizando um prefixo caro a Gilles Lipovetsky (LIPOVETSKY, 2004). Embora não seja exclusividade do presente, nunca antes a hibridação pôde ser pensada em toda a sua radicalidade. Nossa sociedade nunca funcionou plenamente de acordo com a premissa moderna da separação entre natureza e cultura. Esta espécie de ‘retorno do recalado’ nos convida a pensar o que os primeiros pensadores modernos buscaram esconder. “Quanto mais nos proibimos de pensar os híbridos, mais seu cruzamento se torna possível: este é o paradoxo dos modernos que a situação excepcional em que nos encontramos nos permite enfim captar” (LATOIR, 1994, p. 17).

A tecnologia, que já não pode ser ignorada caso desejemos pensar o mundo em que vivemos e as alterações nele ocorridas, costuma ser pensada de uma destas duas formas: ou ela é a substância diabólica que se apossa de nós e sobre a qual não temos o menor controle, ou é a redenção final, a última pedida em termos de democratização de conhecimentos, interação humana e esclarecimento. Como quaisquer outros rótulos, esses tratam de forma única o que em realidade representa um conjunto de fenômenos díspares e, por vezes, mesmo contraditórios. Pensar a tecnologia hoje implica pensá-la como fenômeno complexo, superando eventuais binarismos e demais tentativas de simplificação. Qualquer tentativa de prever os resultados de uma tão recente transformação resultará maléfica para a compreensão da mesma.

É preciso superar certo terrorismo filosófico que, principalmente nos anos que se seguiram à segunda grande guerra, trataram de denegrir toda e qualquer tecnologia apontando aí para os malefícios causados, por exemplo, pelo desenvolvimento de armamentos capazes de destruir o planeta e todos os seus habitantes. No terreno das comunicações, autores que receberam o epíteto de ‘apocalípticos’ demonstravam seu temor diante da tecnologia que começava a invadir todos os terrenos segundo um

modelo de irradiação altamente centralizado, presente principalmente na televisão a partir da década de 60, em que o público passa a ser chamado pelo nome de ‘massa’. Aqui o receio era não tanto a destruição física de nosso mundo, mas antes a destruição intelectual, o retorno à barbárie da indiferenciação, à ignorância e à passividade diante de um poder tecno-burocrático altamente centralizado.

Várias foram as correntes de pensamento preocupadas com as conseqüências produzidas por essas mudanças na sociedade como um todo, nos indivíduos e nas relações entre indivíduos e sociedade. Autores ligados à Escola de Frankfurt desenvolveram um pensamento crítico quanto à maneira de pensar a ciência, a tecnologia e os meios de comunicação em sua influência nos níveis macro (social) e micro (individual). Depois de Frankfurt, não era mais possível considerar a cultura apenas como algo positivo e o progresso científico como desvinculado de uma ideologia. “No colapso atual da civilização burguesa o que se torna problemático é não apenas a atividade mas o sentido da ciência” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 11).

Também a idéia de subjetividade sofreu uma revisão importante, principalmente com o advento do conceito de massa, o correspondente subjetivo das transformações tecnológicas ocorridas na esfera da cultura e da comunicação. Tal conceito coloca um problema sério para a proposta iluminista, um problema quiçá impossível de ser resolvido. “A disposição enigmática das massas educadas tecnologicamente a deixar-se dominar pelo fascínio de um despotismo qualquer, sua afinidade autodestrutiva com a paranóia racista, todo esse absurdo incompreendido manifesta a fraqueza do poder de compreensão do pensamento teórico atual” (*op. cit.*, p. 13).

A uma visão utópica da tecnologia os pensadores de Frankfurt contrapõem um ponto de vista radicalmente crítico e cético, chamando a atenção para o movimento globalizador que se iniciava e para a tendência conservadora ali presente. O pensamento crítico via no crescente domínio planetário do poderio da indústria cultural uma forma de a sociedade contemporânea “não mais ir além de si própria em suas formas de consciência, mas sim de reforçar tenazmente o *status quo* e, sempre que ele pareça ameaçado, reconstruí-lo” (ADORNO, 1977, p. 347).

Mauro Wolf resume: “Para a teoria crítica, trata-se de instrumentos de reprodução de massa que, na liberdade *aparente* dos indivíduos, reproduzem as relações de força do aparelho econômico e social” (WOLF, 1994, p. 84). Na visão de Adorno e Horkheimer, a mídia é necessariamente perniciosa, mistura elementos de culturas distintas trazendo

prejuízo para ambas. Percebe-se aqui uma clara tentativa de preservação dos valores tradicionais, ameaçados com o advento das massas e com sua crescente reivindicação por acesso aos mesmos benefícios que antes eram exclusividade das classes dominantes: conforto, lazer, informação, tecnologia. Esta primeira fase do desenvolvimento midiático implica em poucos produtores e muitos consumidores, sendo que estes são sempre vistos como passivos e isolados, recebendo um tratamento pseudo-individualizado por parte dos produtores. O problema encontra-se justamente no processo de democratização que se inicia. O surgimento do rádio, por exemplo, “transforma os participantes em ouvintes, sujeitando-os autoritariamente ao programa transmitido que é sempre igual” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985).

Segundo os autores, o rádio faz da palavra do falante um absoluto. Seria assim, antes de mais nada, um instrumento fascista, policiador, *orwelliano*. Não se percebem aqui os possíveis usos que se venha a fazer do veículo nem tampouco as hibridações entre subjetividade e tecnologia. Seguindo a premissa moderna, trata-se tão somente de investigar os efeitos de uma tecnologia exterior sobre uma subjetividade interior. A tecnologia é aqui apresentada como inimiga da libertação, ditatorial e massificante e não pode, de forma alguma, contribuir para um aumento da conscientização geral. “Adorno atribui ao aspecto puramente tecnológico do sistema de transmissão – a capacidade de disseminar amplamente e instantaneamente uma informação idêntica – o efeito de reverter o projeto do iluminismo” (POSTER, 1995, p. 6).

Parte-se do princípio de que a audiência é necessariamente ingênua e passiva, a espera de uma ordem qualquer que possa simplesmente cumprir. Trata-se do equivalente comunicacional da teoria behaviorista, em que o homem pode facilmente ser manipulado uma vez que está sempre disponível para ser condicionado. Do outro lado, numa visão igualmente extremada e não menos ingênua, mas com francas doses de otimismo, encontramos autores como Mashall McLuhan, com sua teoria da transformação sensorial pela mídia, segundo a qual o mundo da comunicação eletrônica seria suficiente para reintegrar os sentidos humanos; Derrick de Kerckhove, que aposta na conectividade e na microeletrônica como sendo suficientes para a produção de uma nova subjetividade mundial e Pierre Levy, que denomina a cibercultura de “terceiro estágio da humanidade” (LEVY, 1995).

Segundo este último, a história da humanidade se dividiria em três etapas. Primeiro teria sido a era das pequenas sociedades fechadas, de cultura oral, que viviam numa totalidade fechada, sem pretensões de universalidade. Em seguida teríamos a era

das sociedades civilizadas, imperiais, com base na escrita, as quais fizeram surgir um ‘universal totalizante’. Finalmente entrariamos na era da cibercultura, correspondente à mundialização concreta das sociedades, que prefiguraria um universal sem totalidade, nada menos que “a presença virtual da humanidade diante de si mesma” (LEVY, *op. cit.*). Percebe-se nesta visão um claro viés evolucionista e reducionista, discutível na medida em que não se percebe simplesmente a superação de uma forma cultural por outra, mas antes a coexistência de todas elas em maior ou menor escala no mundo contemporâneo.

O virtual é assim um convite para que o iluminismo se estabeleça e a comunicação plena se dê, um ‘lugar’ em que se interconectam todas as vozes polifônicas e discordantes com a finalidade de gerarem uma inteligência coletiva. Tanto em McLuhan quanto em Levy a solução é tecnológica (assim como em Adorno era o problema), e não cultural ou política. Hoje, poderíamos dizer, um problema de *hardware* e não de *software*.

É igualmente necessário evitar generalizações utópicas e demasiado acrílicas como as que se apresentam no trabalho de George Gilder, que vê na tecnologia a solução para todos os males, desde as desigualdades sociais até as falhas de comunicação. “O nascente telecosmo irá dotar indivíduos e famílias de poder no trabalho, na educação, no entretenimento, da medicina e até mesmo na política” (GILDER, 1996). É importante, no entanto, perceber a importância do pensamento de Gilder e de outros autores, como Simon Nora e Alain Minc, preocupados com a influência do estado no controle do ciberespaço (NORA e MINC *apud* MATTELART, 1995).

Com uma proposta de desregulamentação radical, nos moldes do neoliberalismo econômico, Gilder aposta que o papel do estado em assuntos dessa ordem deve ser apenas um: retirar-se para que então se possa desenvolver uma verdadeira ágora informacional. “A melhor solução seria um modelo livre e desregulamentado que permitiria a todas as companhias existentes e ainda por criar a interagir umas com as outras sem a indevida intervenção governamental” (GILDER, 1995). Este modelo que, na aparência apresenta-se como a mais avançada forma de liberdade de comunicação, não deixa transparecer o cunho ideológico que carrega. Nem todos (os países e os indivíduos) estão preparados para esta mudança que se avizinha. A desregulamentação, estratégia neoliberal que avança dia a dia, esconde um problema crucial: no ciberespaço funcionam as mesmas leis econômicas que fora dele. Existem poderosos e impotentes,

exploradores e explorados. A desregulamentação pura e simples, sem nenhuma outra mudança na ordem social e política do planeta, não nos aproximaria minimamente da liberdade almejada e indispensável para o usufruto da razão esclarecida, mas atende tão somente a interesses mercadológicos. Temos inúmeros indícios de quão problemática é a desregulamentação, como no caso do jornalismo amarelo exercido nos Estados Unidos até finais do século XIX.

Mas seriam tais visões (tanto a utópica, que vê na técnica uma possível solução para todos os males que nos afligem, quanto a crítica, temerosa de que na realidade nos aproximemos de uma barbárie sem precedentes) ainda válidas para pensarmos a relação que se estabelece entre tecnologia e subjetividade no início do século XXI? Será que conceitos como indústria cultural e cultura de massa ainda são capazes de nos incitar a pensar criticamente as mudanças ocorridas no mundo nos últimos anos? Será que o advento do ciberespaço pura e simplesmente é suficiente para que possamos enfim conhecer um mundo formado por uma só comunidade de homens livres por que multiconectados?

Otimistas e pessimistas tendem a concordar em um ponto: o desenvolvimento dos meios de comunicação à distância é um fato histórico de importância ímpar. Queiramos ou não, a tecnologia está viva e cada vez mais presente em nosso cotidiano. Mas não se pode esperar que uma técnica resolva problemas não técnicos, que cure uma ferida narcísica que é só nossa. Como alerta Daniel Bounoux, a técnica não produz uma cultura, mas apresenta uma afronta a nossa suposta completude imaginária, ao suposto acesso imediato que, de outra forma, teríamos ao real. Esperamos dela sempre soluções para nossos embarços, para a trágica existência humana. Não pode passar despercebido que uma das tecnologias que mais merecem atenção e investimento nos dias de hoje é a biomédica, aquela que visa expandir a vida humana até seus limites últimos, lutando com a morte iminente ou ao menos buscando adiá-la o mais que possível, independente da qualidade desta vida que se pretende salvar. O paradoxo da produção técnica é que, pretendendo escapar ao mundo técnico para corrigir seus defeitos, ela acaba mergulhando mais e mais fundo neste mesmo mundo. A técnica só soluciona problemas técnicos (BOUGNOUX, 1994).

Como se vê, não é possível esperar uma solução técnica para o problema da existência. Embora colocado por inovações tecnológicas, é na ética que se deve buscar as ferramentas para lidar com as inusitadas modificações instauradas pela era da comunicação midiática. A questão que se coloca então é a seguinte: as características da

mídia (entendida aqui como o conjunto de dispositivos informáticos e telemáticos) lhe são inerentes, integrando mesmo seu modo de ser; ou são contingências adquiridas pelo modo histórico pelo qual ela surgiu no bojo do capitalismo? Em outras palavras, é possível pensar uma era pós-mídia, ou já estaríamos definitiva e irremediavelmente condicionados a viver o mundo dessa maneira? Existe ética para a mídia ou ela está fadada a não ser mais que ilusão?

Para Louis Porcher, autor do pequeno ensaio *Vers la dictature des média?* (PORCHER, 1976), não é a mídia que se erige em ditadora, mas sim aqueles que a controlam. Basta estar atento e saber retirar suas máscaras. Em outras palavras, seria suficiente uma socialização dos aparatos técnicos midiáticos, como citados pelo autor nas experiências de televisões comunitárias de Quebec e Montreal. Félix Guattari concorda que a questão passe pelo desmascarar, pela socialização dos meios de produção, mas que também se fazem necessários novos modos de enunciação, fundados numa ética da finitude.

A passagem da era consensual midiática a uma era dissensual pós-midiática permitirá a cada um assumir plenamente suas potencialidades processuais e fazer, talvez, com que esse planeta, hoje vivido como um inferno por quatro quintos de sua população transforme-se num universo de encantamentos criadores. (GUATTARI, 1993, p. 188).

Para tal seria necessário um processo pelo qual os indivíduos se reapropriariam dos componentes de subjetivação, ao qual ele dá o nome de singularização, e que não se restringe à reapropriação dos meios de produção ou de expressão, mas passa pelo campo da ‘economia subjetiva’, uma economia a um tempo política e desejante.

Bougnoux nos apresenta um interessante modelo para pensar a comunicação. Segundo o autor, comunicação é, antes de mais nada, luta: luta por dizer algo em meio a um mar revolto de enunciados em perpétuo conflito. Para que um fale é preciso que outros se calem e escutem. Toda comunicação é polêmica, deve abrir, à força ou com astúcia, seu caminho em um meio já saturado de mensagens. Do casal às nações, as manipulações simbólicas estão a serviço dos jogos de legitimação e de poderes. Um discurso é, antes de tudo, um percurso, e como tal é semeado de emboscadas e armadilhas. A inscrição de um traço supõe a rasura de outros, e os enunciados vencedores são os que reforçam ou racionalizam as crenças dos respectivos portadores, que levam a ganhar posições no *front* comunicacional, que permitem a economia de enunciados.

Ruído, assim, não é uma simples interferência externa que altere a eficácia na transmissão de uma mensagem: ruído é a informação dos outros, aquela contra a qual se deve lutar. Assim como não há ruído puro, também não há informação pura, universal, válida ou interessante para todos. Informação é pensada como tudo o que enriquece o equipamento cognitivo de cada um em determinado instante, variando segundo os indivíduos e também conforme as circunstâncias. Este caráter temporal e inteiramente singular da informação faz com que ela não seja vista como um absoluto ou um universal, mas que possa ser percebida como singular e mutável. “Nada é mais relativo e se torna caduco mais depressa do que uma informação” (BOUGNOUX, *op. cit.*, p. 25).

O modelo que se costuma utilizar para pensar os meios de comunicação em sua relação com as massas é o da “irradiação”. Guillaume caracteriza este modelo como constando de dois polos: um polo central, que funciona lançando continuamente efeitos de mensagens sobre um outro polo difuso, descentralizado e desorganizado, que capta e decodifica as mensagens. Como características principais do polo receptor, a massa, temos que “seus participantes são originários de quaisquer profissões e de qualquer categoria social. A massa é um grupo anônimo, ou melhor, é composta por indivíduos anônimos que interagem muito pouco entre si” (BLUMER, 1977, p. 177).

Sendo difusa, a massa é capaz de absorver tudo o que se lance sobre ela. Não tem qualquer capacidade discriminatória, diferindo, neste aspecto, de noções como multidão ou classe. Baudrillard alerta:

Tal é a massa, um conjunto no vácuo de partículas individuais, de resíduos do social e de impulsos indiretos: opaca nebulosa cuja densidade crescente absorve todas as energias e os feixes luminosos circundantes para finalmente desabar sob seu próprio peso. Buraco negro em que o social se precipita (BAUDRILLARD, 1990, p. 10-11).

A este modelo opõe Guillaume um outro denominado de “encadeamento”, em que a circulação das mensagens não se dá mais a partir de um centro todo poderoso, monopolizador da técnica de difusão e único dono do arsenal tecnológico necessário para a produção e propagação das mensagens. No encadeamento, todos os membros da comunidade são, a um tempo, emissores e receptores, e as mensagens circulam de modo seqüencial (e não mais simultâneo), retroagindo umas sobre as outras.

A epidemia, o rumor, a imitação, a circulação da violência pertencem a este segundo modelo. As vacinas, os meios de comunicação de massa, o controle social panóptico, a dissuasão militar (a Terra inteira irradiada pela ameaça nuclear) dependem do primeiro (GUILLAUME *apud* SODRÉ, 1992, p 15).

Outro modelo interessante e que aponta para a complexidade das relações entre sujeito e objeto, homem e máquina é aquele criado por Gregory Bateson, que leva em conta não somente os lados semântico e sintático da comunicação mas que a considera como questão pragmática e, portanto, não linear. Bateson prefere pensar o ato comunicativo como a entrada de um instrumento musical em uma orquestra e não como o envio telegráfico de determinada mensagem que parte de um emissor e chega até um receptor. O modelo da orquestra explicita o fato de a comunicação ser um ato complexo e não-linear e que comunicar é pôr algo em comum, trazer algo que acrescenta, que ajude a produzir diferença. Na orquestra, é bom lembrar, músico e instrumento funcionam como um só dispositivo, um híbrido orgânico e técnico.

Comunicar não é transmitir o que se sabe para alguém que não sabe, como se pensa nas instituições pedagógicas tradicionais, mas antes é entrar em um jogo de regras permanentemente reconstruídas. “Costumamos dizer que conduzimos uma conversa mas a verdade é que quanto mais autêntica é a conversa, menos possibilidades têm os interlocutores de deduzi-la na direção que desejariam”, afirma Hans-Georg Gadamer, para concluir: “Seria mais correto dizer que entramos numa conversa, que nos enredamos nela” (GADAMER, 1999).

Se o ocidente moderno vem funcionando segundo o paradigma do sujeito fundante, aquele que “anima diretamente suas intenções, dá materialidade às formas vazias da língua, atravessa a inércia das coisas, reapreende seu sentido, funda horizontes de significação” (FOUCAULT, 1996, p. 47), o novo paradigma que se apresenta, em grande parte influenciado pelas novas tecnologias, mas que as antecede em pelo menos cem anos, tende a encarar o sujeito como sempre mais e menos que um. O meio, isto é, o outro, passa a ser levado em consideração e o foco passa do indivíduo, aparente termo do processo, para o processo ele mesmo. As coisas não são mais dotadas de uma inércia, como que uma espera calma pela entrada em cena de um sujeito que finalmente descobriria seu véu e desvelaria sua verdade. O acaso também deixa de ser visto como um desviante e desagregador do conhecimento e da comunicação, passando a desempenhar o papel de impulsionador de todo o processo. Conhecimento e comunicação passam a ser vistos como modalidades da criação e da diferença, e não como pura repetição.

Ora, a questão colocada pelas novas tecnologias de rede seria então a seguinte: estaríamos aos poucos deixando de ser regidos pelo modelo da irradiação, autoritário,

pesado e centralizado na figura do sujeito, em nome da retomada do modelo baseado no encadeamento, mais leve e flexível, de forma semelhante àquela em vigor nas sociedades pré-industriais, portanto pré-midiáticas (donde a pertinência do termo ‘aldeia’ global)? Agora, no entanto, uma série de novidades se fazem presentes de modo que esta nova ‘aldeia’ tem características muito próprias, como o fato de não se situar mais no espaço-tempo tradicional bem como o de se tratar de uma estrutura mais aberta e imprevisível.

O espaço se “des-espacializa”, o tempo torna-se instantâneo. Quanto ao sujeito, este também se “des-subjetiviza”: não é mais o personagem cartesiano, rígido e idêntico a si, mas um sujeito em ação e da ação, que se constrói e reconstrói a todo instante à medida que age e reage às informações mutáveis a que tem acesso:

O desenvolvimento dos novos instrumentos de comunicação se inscreve em uma mutação de grande amplitude. Para dizer em uma palavra: voltamos a ser nômades. As imagens do movimento nos reenviam a ‘viagens imóveis’, fechados sobre um mesmo mundo de significações. Mover-se não é mais se deslocar de um ponto a outro mas atravessar universos de problemas, de mundos vividos, de paisagens de sentido. Somos imigrantes da subjetividade (LEVY, 1994, p. 10).

Uma das palavras-chave para se pensar as mudanças de paradigma da atualidade parece ser ‘flexibilidade’. Seja em políticas administrativas, em teoria do conhecimento ou no gerenciamento de megacorporações, a flexibilidade torna-se um conceito essencial para compreendermos as novas subjetividades que se constroem e desconstroem com rapidez. O tempo da especialização começa a ceder sua vez ao da capacidade de se mover em diversos espaços, de se adaptar às velozes mudanças ocorridas no mundo em face dos avanços tecnológicos. Não mais a rigidez imposta pela racionalidade cartesiana. Hoje nos damos conta, como disse o artista plástico Francis Picabia, que “nossa cabeça é redonda para permitir ao pensamento mudar de direção”. Nosso tempo, que já foi o da espera pela colheita, depois da ação pelo vapor, agora apresenta-se como da informação que viaja nas ondas da Internet. É importante lembrar, no entanto, que uma tecnologia não substitui a outra: elas se acumulam, tornando a rede um intrincado e complexo mar de camadas superpostas (SANTAELLA, 1996).

Vemos então que pesquisar os meios de comunicação deve implicar pesquisar a própria comunicação e sua vertente paradoxal, ao mesmo tempo técnica e humana, lógica e absurda. Pois comunicar não é apenas transmitir informações, mas muito antes é transmitir-se a si próprio, o que levanta questões relativas à verdade e à subjetividade.

Daí a inadequação apontada por Mauro Wolf: “A pesquisa sobre os meios de comunicação de massa parece fortemente inadequada porque se limita a estudar as condições presentes, acabando por se inclinar para o monopólio da indústria cultural” (WOLF, *op. cit.*, p. 83). Daniel Bounoux também chama a atenção para o caráter complexo da comunicação que, sendo em princípio uma produção técnica da cultura, vai muito além de uma simples técnica, visto trazer em si boa dose de descontrolo e imprevisibilidade (BOUGNOUX, *op. cit.*).

A questão se torna ainda mais complexa se pensarmos em um mundo globalizado e no papel que nele cabe aos países do chamado Terceiro Mundo (o fato de haver ainda um ‘terceiro mundo’ ainda que na ausência de um segundo deixa claro que a globalização não é nem pretende ser equânime, mas que o fosso entre ricos e pobres – países e homens – só faz aumentar). Assim como com as demais revoluções pelas quais o mundo passou, como a burguesa e a industrial, na revolução informática continuamos habitando a periferia do capitalismo, e as conseqüências de tal posição estão longe de ser desprezíveis.

Já que se trata da hora da virada, de um momento crucial na história do sujeito ocidental, vários caminhos se apresentam diante de nós, e devemos estar tão preparados quanto possível para as tomadas de decisão que estão por vir. Mais do que nunca, é preciso se preparar para o imprevisível, esperar o inesperado, abrir-se para o paradoxo. O momento é ambíguo uma vez que as massas excluídas da história podem ser libertadas pela informação ou ser definitivamente sepultadas.

Se antes a exclusão se dava nos moldes da posse de um código que dividiu o mundo entre alfabetizados e analfabetos, hoje surge um novo analfabetismo, que podemos chamar tecnológico: já não basta saber ler e escrever. É preciso saber manejar máquinas, fazer circular informações, agenciar-se a uma memória coletiva. É preciso ser um gerente de si mesmo. Quem antes era dominado porque desconhecia, pode continuar dominado porque incapaz de escolher entre tanta informação que lhe chega.

É neste mundo que a mídia é erigida à condição de fim em si mesmo. A cultura que surge é então não tanto a cultura da crise dos fundamentos mas antes a cultura do esquecimento, do apagamento, da total falta de necessidade de fundamentos. A crise é, quando muito, sentida como sintoma, encarada como coisa de nostálgicos filósofos, saudosos de um tempo em que havia fundamentação, a razão era a mestra e o intelectual tinha seu lugar garantido.

O fato é que generalizações de todas as ordens, tanto as demasiado pessimistas quanto as que se desvinculam de qualquer postura crítica, não funcionam na complexa sociedade do século 21 como funcionavam em eras anteriores. Já não se pode mais pensar numa indústria cultural tão centralizada quanto a que se apresentava aos autores de Frankfurt. Hoje os casos têm de ser analisados um a um, sem anátemas, reprovações ou idéias preconcebidas. A tecnologia assume então sua feição paradoxal: nem redentora nem bandida, nem boa nem má: complexa, indeterminada e produtora de indeterminação.

Uma máquina em particular deve receber especial atenção devido às alterações imprevistas que causou e ainda deverá causar nas relações intersubjetivas. Tendo surgido inicialmente como um aparato calculador, o computador hoje altera radicalmente nosso modo de pensar questões como espaço, tempo, sujeito, inteligência, verdade, simulação. Muito mais do que uma ferramenta para calcular e prever, o computador passa a ser ao mesmo tempo um meio de transmissão de informações à distância prático, eficaz e barato; um mecanismo de pesquisa tornado indispensável e um parceiro do homem em seu imprevisível e criador passeio pelo universo. Nesse sentido ele é muito mais que um mídia, um meio de comunicação; é também um interlocutor ativo no processo comunicacional, colocando mais uma vez em questão uma possível divisão binária entre o que é do campo do humano e o que dele está excluído.

Conclusão

Sem perdermos a consciência crítica diante do fenômeno tecnológico, hoje já é possível afirmar que certas inovações, principalmente no terreno das telecomunicações, podem vir a constituir fatores de democracia e bem-estar social, uma vez que acompanhados das respectivas mudanças no campo ético-político. Uma das características das inovações midiáticas dos últimos anos está no crescente aumento de autonomia por parte dos usuários de aparelhos técnicos, principalmente com o surgimento das noções de rede e de interface. Mais do que meros objetos assujeitados dos mídia, tal como se pensava segundo a teoria da indústria cultural, hoje passamos aos poucos à condição de novos sujeitos em potencial. Aumenta a capacidade de escolhas e, principalmente, a participação segundo o modelo de encadeamento, em que não há apenas um centro irradiador e monopolizador das informações, mas múltiplos centros, e

portanto, centro nenhum. Hoje, mais do que meros telespectadores, começamos lentamente a passar à condição de teleatores. Para que esse processo se propague, no entanto, faz-se necessário pensar a democratização do acesso às novas tecnologias, sem o qual caminharemos para um novo analfabetismo em níveis inimagináveis.

Não se pode deixar de considerar igualmente que o computador é ao mesmo tempo uma máquina de libertação e de controle, uma vez que faz parte de um gigantesco empreendimento sistematizador. Ao determinar, por exemplo, limites de acessibilidade da informação a determinados usuários, ele funciona como ferramenta de controle e não de libertação. Igualmente notável é o grau de dependência criado por qualquer nova tecnologia. Da luz elétrica à informática, da escrita à imprensa, todas as conquistas tecnocientíficas são simultaneamente libertadoras e criadoras de uma nova dependência cuja tendência é o crescimento exponencial. O que liberta e potencializa o homem parece ser ao mesmo tempo o que o aprisiona e limita.

ciber
l e g e n d a

Referências bibliográficas

ADORNO, T. *Televisão, consciência e indústria cultural*. In: COHN, G. (org.) *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

_____ e HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BAUDRILLARD, J. *À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. Brasiliense, 1990.

BLUMER, H. *A massa, o público e a opinião pública*. In: COHN, G. (org.) *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

BOUGNOUX, Daniel. *Introdução às ciências da informação e da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes, 1999.

GILDER, G. *A vida após a televisão: tudo sobre os últimos progressos em torno da televisão interativa*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

GUATTARI, F. *Caosomose, um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEVY, P. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

LIPOVETSKY, G.; CHARLES, S. *Os tempos hipermodernos*. 1. ed. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MATTELART, M. e A. *Histoire des théories de la communication*. Paris: La découverte, 1995.

PORCHER, L. *Vers la dictature des média?* Paris: Collectif, 1975.

POSTER, M. *The second media age*. Cambridge: Polity Press, 1995.

SANTAELLA, L. *Cultura das mídias*. São Paulo: Experimento, 1996.

SODRÉ, M. *O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. São Paulo: Cortez, 1992.

WOLF, M. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.